

MARIA DA GRAÇA TRIGO

RESPONSABILIDADE CIVIL TEMAS ESPECIAIS



PLANO GERAL

Introdução

Capítulo I – Enquadramento da disciplina no 2.º Ciclo de Estudos Jurídicos

Capítulo II – Programa e Conteúdos Programáticos

A) Programa

B) Conteúdos Programáticos, Jurisprudência e Bibliografia específica

Capítulo III – Métodos de Ensino e Métodos de Avaliação

A) Métodos de Ensino

B) Métodos de Avaliação

Bibliografia Geral Nacional

Anexo – Material de Apoio

INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 10.º, n.º 2, do *Regulamento de Concursos de Recrutamento de Professores Catedráticos e Associados da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa* (aprovado por Despacho Reitoral de 29 de julho de 2014), exige-se a apresentação de um “*relatório que inclua o programa, os conteúdos e os métodos de ensino teórico e prático das matérias da disciplina ou de uma das disciplinas do grupo a que respeita o concurso*”.

Pretendemos satisfazer esta exigência regulamentar,¹ tendo presente que o relatório se destina, segundo o entendimento comum, a avaliar a capacidade pedagógica dos candidatos num concurso que tem por finalidade global “*avaliar o mérito da obra científica dos candidatos, a sua capacidade pedagógica e de investigação e o seu desempenho noutras atividades relevantes para a missão da instituição de ensino superior*” (art. 2.º do *Regulamento de Concursos*).

Propomo-nos apresentar um relatório relativo à disciplina de *Responsabilidade Civil*, pertencente ao grupo de Ciências Jurídicas, disciplina que, de acordo com o plano curricular do 2.º Ciclo de Estudos Jurídicos (Mestrados), integra o *Mestrado Forense* da Escola de Lisboa da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa desde a implementação

¹ Temos consciência das críticas que, na vigência do *Regulamento de Recrutamento de Professores Catedráticos e Associados* de 11 de abril de 1995, foram sendo feitas a tal exigência e que constam dos relatórios dos concursos para professor associado da Faculdade de Direito da Universidade Católica Portuguesa publicados por BERNARDO LOBO XAVIER, *Direito do Trabalho – Ensinar e investigar*, UCE, Lisboa, 2005, pp. 8-9, RUI MEDEIROS, *Responsabilidade civil dos poderes públicos – Ensinar e investigar*, UCE, Lisboa, 2005, pp. 29-31, RITA LOBO XAVIER, *Ensinar Direito da Família*, Publicações Universidade Católica, Porto, 2008, p. 10, e JOSÉ LOBO MOUTINHO, *Direito das Contra-Ordenações – Ensinar e investigar*, UCE, Lisboa, 2008, pp. 9-12. Por nós, somos sensíveis à perspetiva segundo a qual é possível identificar virtualidades no modelo adotado (neste sentido se pronuncia J. C. BRANDÃO PROENÇA, *Direito das Obrigações [Para um enquadramento do seu ensino no último quartel do século XX e no primeiro quinquénio do século XXI] – Relatório sobre o programa, o conteúdo e os métodos de ensino da disciplina*, Publicações Universidade Católica, Porto, 2007, pp. 19-20).

da *Reforma de Bolonha* no ano letivo 2007/2008. Afigura-se necessário, em virtude do carácter inovador destes Mestrados, começar por identificar os respetivos objetivos, cuja prossecução condiciona, naturalmente, a definição do programa da disciplina e respetivos conteúdos programáticos, assim como a seleção da bibliografia e a escolha dos métodos de ensino e de avaliação.